



## **Relatório Síntese de Reunião do Grupo Técnico de Discussão de Instrumentos de Gestão da Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos/Pedro I – Leste Oeste**

**Data:** 12/03/2015

**Horário:** 14:00h às 17:00h

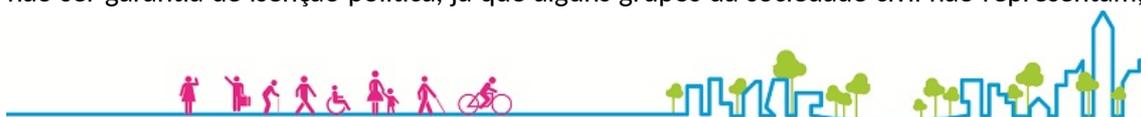
**Local:** Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU). Av. Álvares Cabral, 200. Centro. Belo Horizonte.

### **Relatório Síntese:**

Tiago Esteves iniciou a reunião dizendo que o Grupo de Discussão de Instrumentos de Gestão tem apresentado um trabalho muito rico e que a proposta deste encontro será nos moldes da reunião passada, na qual os participantes apresentarão sugestões e propostas para serem discutidas no grupo. Como forma de guiar as discussões, Tiago lê a proposta de pauta que foi encaminhada na semana passada: Representatividade de cada um destes grupos (de interesse) nos grupos Gestores (geral e locais); Atribuições do Grupo Gestor Geral e dos Grupos Gestores Locais; e Participação dos Conselhos já instituídos na Gestão da OUC (Conselho de Habitação e Patrimônio).

Teresa Vergueiro (Movimento Lagoinha Viva) solicita a palavra e mostra uma reportagem do Jornal Hoje em Dia de 07/03/2015 sobre uma proposta do tombamento da Lagoinha. Teresa Vergueiro afirma que o fato da comunidade local tomar conhecimento destes grandes projetos a partir de reportagens de jornal é muito desrespeitoso e que esta prática não pode continuar. Teresa Vergueiro coloca que a Lagoinha é alvo de diversos projetos sobrepostos e que estes projetos têm que conversar e ser expostos para a comunidade. Teresa Vergueiro solicita uma reunião específica sobre a Lagoinha, a ser realizada na Lagoinha, com o Secretário Leônidas, para discutir os projetos sobre a região, bem como esta proposta de tombamento. Paulo Pontes complementa dizendo que a vinculação de notícias desta forma é irresponsável e que todo o trabalho existente sobre a Lagoinha, inclusive proposições acadêmicas, devem ser discutidas com a comunidade local. Teresa Vergueiro reforça a importância de pensar a Lagoinha de forma conjunta, com todos os projetos e estudos acadêmicos existentes sobre a área discutidos com a comunidade local.

Senhor Ernani (MAMBH/ACSCD/CONSEP125) apresenta algumas ponderações feitas sobre o relatório da reunião anterior. Ele apresenta dúvidas em relação à representatividade dos grupos gestores locais e geral e sobre o papel do grupo gestor local. Ele coloca que não está satisfeito em relação ao Parque Bacia do Calafate, uma vez que não concorda com a proposta da Bacia do Calafate. Segundo ele, a Bacia é uma obra da SUDECAP, e não da OUC, tendo em vista que para construir o parque, é preciso antes ter a obra da Bacia. Não quer somente ser ouvido, como também quer respostas. Sugeriu que fossem feitas apresentações nas regionais previamente às audiências públicas. Ele discorda da posição da Sra. Selma Cândida (colocada na reunião anterior) sobre garantir a maioria dos membros do Grupo Gestor da sociedade civil não ser garantia de isenção política, já que alguns grupos da sociedade civil não representam,





de fato, o interesse da comunidade local afetada. Senhor Ernani diz que a política pode sim ser retirada do processo e que a comunidade que ele representa é prova disto. A Senhora Maria Josefina cita o exemplo de quando a comunidade conseguiu impedir a retirada das Vilas Calafate e Amizade, quando se pretendeu implantar uma rodoviária no local. Senhor Ernani coloca ainda que o Estatuto da Metrópole não foi considerado na OUC-ACLO, principalmente no que diz respeito à participação dos representantes da sociedade civil no processo de planejamento. Senhor Ernani solicita respostas a seus questionamentos até quarta-feira da próxima semana. Izabel lembra que um dos papéis do Grupo de Discussão dos Instrumentos de Gestão é justamente discutir o papel dos grupos gestores.

O Grupo Indisciplinar (UFMG) trouxe novas contribuições, registradas por meio de um novo documento. Frederico Guimarães (Grupo Indisciplinar) apresenta as novas propostas do grupo de pesquisa: inserção das Universidades como representantes do Grupo Gestor (exemplificou a estrutura dada pela OUC Água Branca, que inseriu a instituição na composição do seu Grupo Gestor); reforça seu posicionamento sobre a paridade; sugere critérios de elegibilidade e de eleitores, segundo os quais os eleitores poderiam ser qualquer morador do município de Belo Horizonte, independente do local de sua residência, ou da origem do título de eleitor, e as candidaturas poderiam ocorrer por segmento da sociedade civil, que se organizarão em chapas, sem restrição, salvo para o segmento dos moradores, que deverão residir na área da OUC; sugere que as eleições ocorram de forma direta nas regionais e via internet; que o Grupo Gestor por meio de aprovação qualificada possa inverter a ordem das obras prioritárias previstas na OUC; e sugerem que discussões sejam realizadas conforme modelo das assembleias populares horizontais.

Izabel sugere a retomada da discussão sobre as escalas de decisão do Grupo Gestor Geral (decisões estratégicas para a OUC e para a cidade) e Local (decisões de caráter local). Nesse sentido, para o Grupo Gestor Geral, a ideia da eleição na escala do município é bastante pertinente, já para o Grupo Gestor Local, é importante vincular as eleições e as candidaturas às áreas afetadas. Seguindo este mesmo raciocínio, no Grupo Gestor Geral, o papel do Executivo é fundamental, já que decisões na escala da OUC e na cidade serão tomadas; por sua vez, no Grupo Gestor Local, o Executivo poderia ser consultor. Paulo Pontes vê dificuldades ao se delegar decisões para a escala local, já que a cidade possui várias contradições. Izabel coloca a importância da escala local de decisões e que estas não estarão desconectadas do contexto da OUC. Izabel lembra da proposta de que um representante de cada Grupo Gestor Local também componha o Grupo Gestor Geral para garantir o diálogo entre as escalas.

Izabel coloca que a Universidade, pensada como instituição, não é um grupo de interesse diretamente afetado pela Operação, como um morador, por exemplo, sendo necessário discutir de que forma a Universidade poderia ser incluída no Grupo Gestor. Paulo Pontes coloca que muitas vezes os estudos conduzidos pelas Universidades são descolados da realidade local, do cotidiano dos moradores e que dificilmente criam vínculo com o local. Ele cita que, quando uma dissertação sobre determinado território é finalizada, o vínculo do estudante com o local é também finalizado. José Maria corrobora com a colocação de Paulo Pontes e propõe a criação de um grupo de solidariedade, visto que após formados, realmente os universitários não dão continuidade aos trabalhos. Segundo ele, os alunos têm que





trabalhar junto às comunidades não somente suscitados pelos professores, mas como atores reais dos processos da cidade. Paulo Pontes complementa sua visão sobre as universidades, como sendo um grupo politizado, com uma ideologia politizada.

Frederico salientou que o pleito principal das discussões foi dado pela universidade, e pediu que todos acessassem o site que o grupo Indisciplinar elaborou para a OUC: (<http://ouc.bh.indisciplinar.com/>). Tiago informou que havia visto o site, entendeu que enriqueceu a discussão, e sugeriu que, como o grupo tem acompanhado as discussões, que poderia também disponibilizar no site os relatórios dos Grupos de Trabalho de Gestão e de Parâmetros. Sugeriu também que fosse disponibilizado no site um link para a página oficial da Prefeitura, que possui todos os documentos oficiais disponibilizados para download ([www.pbh.gov.br/ouc](http://www.pbh.gov.br/ouc)).

Julia Birchall coloca que existem grupos de pesquisa e extensão que criam vínculos com o território, tais como Praxis, Pólos, Indisciplinar, entre outros. A partir desta colocação da Julia, Izabel propõe então que se especifique que, os Grupos de Pesquisa e Extensão que reconhecidamente atuam sobre pautas urbanas possam integrar o Grupo Gestor, no mesmo grupo de interesse dos movimentos sociais. O Grupo de Discussão considerou a proposta interessante.

Sobre a discordância do Grupo Indisciplinar sobre a inserção dos proprietários de terra no Grupo Gestor, Frederico Guimarães esclarece que a discordância se refere aos proprietários de terra que não exercem a função social da propriedade. O mesmo explicou as diferenças legais entre os detentores da posse 'versus' os detentores da propriedade. Foi discutido com todo o grupo formas de se garantir que estes representantes sejam proprietários de imóveis que estejam, de fato, cumprindo a sua função social. O grupo considerou o questionamento justo neste sentido. O grupo Indisciplinar se comprometeu em enviar maiores contribuições sobre a tipificação dos proprietários no grupo gestor.

A Senhora Maria Josefina destaca a importância de se ter o "espírito da coisa", de se formar este espírito e de se implantar a "teoria dos cuidados".

Selma Cândida destaca que, em relação à Lagoinha, é importante olhar o passado, o presente e também o futuro. Salientou também que após todas as discussões, entende que os representantes dos moradores, que são usuários permanentes, estariam mal representados, visto que o grupo estaria bastante segmentado. Izabel complementa informando que o grupo avançou bastante nos atores, mas não nas escalas e quantidades de representantes por grupo. Sugeriu que o grupo fizesse discussões mais assertivas.

Lourdes/CDL retificou a informação dada última reunião, informando que o SEBRAE está mais ligado à capacitação, não sendo ele diretamente o responsável pelos comerciantes, os quais seriam o CDL, o Sindilijas, a Fecomércio, por exemplo.

Teresa Vergueiro levantou a necessidade de levantar os grupos de movimentos sociais da igreja, pois cada instituição não necessariamente trata de temáticas relacionadas à questão urbana e levanta a questão de como seria a ação de filtrar a ação dos grupos realmente atuantes, como no caso da PUC e seus projetos sociais. Selma Cândida concorda.





O Grupo de Discussão passa então à complementar o “*brain storm*” iniciado na reunião anterior. Segue resultado da discussão abaixo, conforme documento já encaminhado aos participantes, no qual as marcações referentes à reunião do dia 12/03 estão destacadas em vermelho:

*Registro informal de trabalho desenvolvido pelo GT de Gestão da OUC em 12/03/2015*

**ESTATUTO DA CIDADE:** coordenação pelo executivo municipal com a participação dos moradores, usuários, investidores privados e proprietários.

**Moradores representados por associações** dos bairros abrangidos pela OUC. (Independente de CNPJ ou formalização? Estatuto social? Atestado de idoneidade assinado por autoridade pública?) A sede pode estar fora da área da OUC, mas tem que estar em um dos bairros abrangidos? Inclui ONGs com pautas relacionadas ao território da Operação.

**Movimentos Sociais:** quais? Moradia, Ambiental, Reforma Urbana, Mobilidade ou mais genéricos (temas ligados a questões urbanas não instituídos pelo poder público). Inclui ONGs com pautas relacionadas aos temas da Operação (questões urbanas).

E os moradores de rua? E os catadores? Podem ser representados nos Movimentos Sociais?

**Comerciantes (Investidor):** Tem que estar vinculado a alguma associação (associação comercial de bairro, CDL, Fecomércio, SindLojas...). Diferenciar grandes e pequenos? E o SEBRAE (entidade pública), seria importante para representar os pequenos empresários? **Talvez não porque está mais voltado para capacitação (do funcionário, por exemplo), mas não auxilia as pequenas empresas.** E indústria e serviços, estão incluídos neste grupo?

**Comerciante é investidor? Não deveria igualar os dois grupos.**

**Investidor Imobiliário (Investidor 2):** Não precisa ser territorializado, inclusive de fora do município. Inclui os bancos, construtoras, empresas de títulos e entidades representativas do mercado (Ex: Sinduscon, SECOV, CEF). Mesmo os bancos públicos são investidores privados? (tem que ter personalidade jurídica de direito privado).

**Proprietários:** **Não pode envolver apenas proprietários com título. A posse deve ser considerada. A propriedade deve estar exercendo a função social da propriedade. E o locatário? O proprietário especulador não poderia ter representação no grupo.**

**Usuário Permanente:** Empregados das empresas, usuários dos equipamentos, estudantes, etc. Como identificá-lo? Não pode se enquadrar em nenhum dos outros grupos. Comprovar utilização permanente (vínculo de trabalho, matrícula em escola, etc), inclusive com comprovação de duração do vínculo.

**E quem mora de aluguel? Não deve ser considerado proprietário. Deve ser considerado como morador ou usuário.**

**Universidade:** Considerar os grupos de pesquisa que reconhecidamente atuam em pautas urbanas (Ex: Polos, Práxis, Indisciplinar, etc) na composição do Grupo Gestor Geral. Não seria a representação da universidade como entidade. A Universidade Instituição poderia ter papel de consultoria, apoio técnico, etc..

**E as igrejas e Vicariatos de Ação Social? São movimentos sociais e devem ser considerados. São muito atuantes. Pensar não a igreja como instituição, mas Projetos Sociais da igreja. As Igrejas ou Vicariatos que tem atuação nas comunidades envolvidas estão nos Movimentos Sociais e devem ser considerados**





como tal (dentre outros movimentos sociais de atuação local). Pensar esta representação no grupo local e não com os movimentos temáticos (Mobilidade, Habitação, etc) que trabalham na escala da cidade e devem estar no Grupo Geral.

**Questões geral:** como garantir a real representatividade? Exigir “publicização” das informações que demonstram atuação da associação no território e questões da OUC (quem atesta? A plenária?). Quem atesta que está apto a participar, se os critérios não forem objetivos? A Plenária? A prefeitura? O COMPUR? Qualquer associado poderia se candidatar ou tem que ser indicado pela entidade? Mais seguro adotar a indicação pela entidade, para fortalecer a visão da entidade e não de ator isolado. (Geral, para todos os grupos)

Pensar regras de enquadramento em cada um dos grupos, principalmente em relação a mesma participação em mais de um grupo

A entidade indica uma pessoa e esta passa a ser o representante ou a vaga é da entidade (não personalizada)?

Prever no regimento, regras de frequência para garantir a vaga e suplência.

É importante delimitar atribuições dos dois grupos gestores (geral e local).

Após o término dos apontamentos, Tiago agradece a participação de todos no Grupo de Discussão dos Instrumentos de Gestão e encerra os trabalhos.

